Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. ØUDØØØ82

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Circunscrição Judiciária de Curitiba
2ª Vara Civel

AUTOS DE ARTIGOS DE OPOSIÇÃO Nº 00.0033390-5

LAUDO ANTROPOLÓGICO

Oponente: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Opostos: F.SLAVIERO & FILHOS S/A. IND.E COM.DE MADEIRAS E OUTROS

Perita : PROFª. Drª. CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

Curitiba, fevereiro de 1996

Acervo ISA

Introdução:

Em 28 de novembro de 1994 fui nomeada pelo Excelentíssimo Senhor **Doutor Antonio Albino Ramos de Oliveira,** Juiz Federal da 2ª Vara Civel, Circunscrição Judiciária de Curitiba, para realizar **perícia antropológica** na Área Indígena Mangueirinha Pr.

Enquanto aguardava a liberação dos recursos, para a investigação, li com atenção o Processo nº 00.0033390-5 que se encontra na Secretaria da 2º Vara Civel da Justiça Federal em Curitiba.No mês de novembro de 1995 foram feitos os depósitos para a realização da perícia.

Aceitei o encargo de elaborar perícia antropológica na Área Indígena Mangueirinha concordando com regras e expectativas que não são definidas no contexto estrito da prática antropológica, com a preocupação de utilizar o rigor conceitual e a vigilância metodológica próprios da Antropologia.

Os conhecimentos acumulados sobre os Kaingang e os Guarani durante três décadas são os instrumentos que utilizo na construção do laudo. O relato dos indígenas se constitui no material que cruzo com as informações obtidas através das fontes históricas. Os relatórios de diretores de aldeamentos indígenas, de colônias militares, especialmente sobre a Colônia Militar do Chopim e de delegados do então Serviço de Proteção aos Índios - SPI escritos nos séculos XIX e XX são os documentos que servem para a elucidação da morosa questão que está sendo investigada.

A pesquisa de campo foi realizada de 08 a 19 de novembro de 1995. Iniciei o trabalho na sede da Regional da FUNAI em Guarapuava, para obter dados demográficos e mapas sobre a Área Indígena Mangueirinha. Também visitei a sede do Posto Indígena de Guarapuava, para entrevistar o antigo funcionário do Serviço de Proteção aos Índios e da Fundação Nacional do Índio, o Senhor Dival José de Souza. A seguir me dirigi à Área Indígena Mangueirinha.

Na Área Indígena Mangueirinha a investigação foi acompanhada pelos assistentes técnicos da FUNAI, a antropóloga Márcia Cristina Rosatto e o agrimensor Sérgio Campos. Também o Dr. Derli Cardozo Fiuza, advogado da FUNAI esteve presente durante dois dias na Área Indígena Mangueirinha.

Não esteve presente para acompanhar a perícia o assistente técnico de F.Slaviero & Filhos S.A. Ind.e Com. de Madeiras e Outros, apesar de haver sido comunicado, através de dois telegramas.

O chefe do patrimômio indígena da Regional da FUNAI de Guarapuava, Neuro Batistelli, colaborou durante a perícia, prestando informações sobre a organização da produção indígena. Também o chefe do Posto e as lideranças indígenas, os caciques, os vice-caciques, os índios mais velhos e os moços que fazem parte das lideranças e polícia florestal indígena, participaram com interesse dos trabalhos e serviram como informantes e guias nas caminhadas e visitas às aldeias indígenas e aos lugares que poderiam apresentar vestígios de ocupação.

Durante a realização da perícia visitei o Dr. Joel Carlos Beffe, Promotor Público de Coronel Vivida e autoridades municipais.

Devido às dificuldades de obter documentação no período de festas de final de ano, houve necessidade de solicitar novo prazo para a entrega do Laudo.

No início do mês de fevereiro, retornei à cidade de Guarapuava, para obter, na sede da Regional da FUNAI, os dados demográficos atualizados sobre a população Kaingang e Guarani distribuída em sete aldeias na Área Indígena Mangueirinha, Pr.

Realizei visitas à sede da Delegacia Regional da FUNAI em Curitiba para consultar mapas antigos e Relatórios do acervo da FUNAI. Também no Instituto Ambiental do Paraná, em Curitiba, obtive cópias de mapas sobre a Área Indígena Mangueirinha, AIM.

Ainda foram produzidos vídeos com entrevistas gravadas e fotografias que são documentação valiosa para a elucidação da questão. A Antropologia Visual é hoje um campo valorizado e que contribui para a interpretação da matéria que está sendo investigada.

Durante a conclusão e montagem deste Laudo fui intimada pela Secretaria da 2ª Vara Civel da Justiça Federal, para tomar conhecimento de quesitos complementares formulados por Slaviero & Filhos S/A. Ind. e Com. de Madeiras e Outros.

Decidi encaminhar ao MM.Juiz o Laudo Antropológico da maneira como estava estruturado. Em uma segunda etapa irei apresentar as respostas aos quesitos complementares.

Quesitos formulados pelo Ministério Público Federal:

1. Relatem os senhores Peritos, baseados em fontes históricas, a ocupação imemorial pelos Kaingang e Guarani da Área Indígena Mangueirinha, desde o período do então Serviço Proteção do Índio - SPI até a administração da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

2. Apresentem os senhores Peritos provas documentais sobre a ocupação e permanência dos indígenas na área em litígio e em todo o território tradicionalmente usufruído e necessário à sobrevivência física e cultural dos índios Guarani e Kaingang.

3. Demonstrem os senhores Peritos, através de levantamentos de genealogias, o provável parentesco entre a maioria das atuais famílias que habitam a Área Indígena Mangueirinha com aquelas que os antigos censos do Serviço de Proteção aos Índios (Ministério da Guerra) registram nos seus documentos sobre os Kaingang e Guarani.

4. Apresentem, se possível, provas antropológicas e arqueológicas que evidenciem antigos caminhos e cemitérios na Área Indígena Mangueirinha.

Acervo ISA

Respostas aos quesitos formulados pelo Ministério Público Federal:

1.
História Kaingang

As fontes históricas compulsadas relatam que alguns grupos Kaingang da região dos campos e matas de Guarapuava, oeste do estado do Paraná, passaram a se refugiar em Palmas e no Covó, para escapar do contato com os primeiros colonizadores, que se instalaram em Guarapuava, em 1810 e fundaram Atalaia.

O antropólogo, Dr. José Loureiro Fernandes, realizou pesquisas entre os Kaingang de Palmas e escreveu em 1941: *"isolados desse núcleo (de Palmas) ficaram os Caingangues da região do Covó, embora fossem índios já influenciados pelo elemento da civilização européia existente em Atalaya donde se haviam retirado em 1819, sob a direção do cacique Candoi".* (Fernandes, 1941, 63).

A prática da catequese imposta aos indígenas pelos missionários no aldeamento de Atalaia, (notadamente pelo Pe. Francisco das Chagas Lima, capelão da Real Expedição que atingiu os campos em 1810); **as epidemias** que infestaram a povoação em 1813, ocasionando a morte de muitos indígenas (Macedo 1951, 140) e, **as rivalidades** que foram registradas entre os chefes de grupos Kaingang (Chagas Lima, 1842; Macedo, 1951, 149 e Helm 1974, 54) fizeram com que facções Kaingang abandonassem seu antigo território e fossem se refugiar em regiões mais distantes, não atingidas até então pelas frentes povoadoras da sociedade imperial de carater militar, religioso e pastoril.

Eurico Branco, em **História do Oeste do Paraná** (1940,.52) comentou que *"a peste concorreu para que os índios deixassem o aldeamento..."* O Padre Chagas Lima em suas **Memórias** descreve que combatia o *"abuso da Polygamia entre os índios e forão desapparecendo...indo...os que hierão Votorons com Candoi da parte d'alem do Rio Iguassú..."* sendo que, em 1814, *"os camés se arrancharam novamente em Atalaia"*, escreveu Branco fundamentado nos registros do Padre Chagas Lima. (Lima, 1863).

Alguns chefes e seus respectivos grupos permaneceram em Guarapuava, aldeados em Atalaia. Aqueles Kaingang que não se submeteram às normas e práticas do aldeamento, ao tipo de confinamento que ocorria e, não fizeram

Acervo ISA

alianças com os colonizadores, se refugiaram nos campos de Palmas e nas proximidades dos rios Chopim e Iguaçu.

Pinto Bandeira, em 1851, deixou registrado em a **Noticia da descoberta dos campos de Palmas, na comarca de Curitiba, Provincia de São Paulo** *"os cuidados que tinham os índios em ocultar aos habitantes de Guarapuava a existência dos campos de Palmas, para terem ali asilo seguro".* (Bandeira, 1879).

Devido a instalação da Colônia Militar do Chopim, criada pelo Decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, *"com o objetivo de defesa da fronteira e de proteção dos habitantes próximos contra as correrias dos índios e os atraindo à domesticidade"* terminava o isolamento dos indígenas que habitavam o território localizado nos rios Iguaçu e Chopim, escreveu Romário Martins. Chopim foi fundada em 1882, *"à margem esquerda do Iguaçu e a direita do rio Chopim (e) ao tempo da fundação sua população era de sessenta nacionais e índios mansos".* (Martins, 1941, 158).

A Colônia Militar do Chopim, apesar de haver sido criada em 1859, foi instalada sómente em 1882 por uma Comissão de militares, sob o comando do Capitão Francisco Clementino de Santiago. Eram 47 indivíduos e mais os guias Índios contratados para prestar serviços na abertura de estradas. Relatam as fontes que essa Comissão se movimentou durante um ano, percorrendo a região e os rios Iguaçu e Chopim, abrindo estradas de ligação entre a Colônia e as recentes povoações de Guarapuava e Palmas. Na abertura de estradas os índios, conhecedores da região, foram exímios no corte do mato. Abertos os caminhos começaram a chegar povoadores não índios que se instalaram nas proximidades do Chopim.

Em 1886 é nomeado novo diretor da Colônia o capitão Alberto Ferreira de Abreu. Há relatos de que em 1890 viviam na Colônia 483 habitantes. As fontes não registram o número de índios que estavam auxiliando os militares nas tarefas de instalação.

Em reconhecimento pelos serviços prestados na implantação da Colônia Militar do Chopim, uma vez que os Kaingang chefiados pelo cacique Antonio Joaquim Cretãn, não aceitaram o pagamento em papel moeda, reivindicando a garantia da posse do território ocupado por eles, o Governo do Estado do Paraná decidiu reservar para os indígenas de Mangueirinha uma área de terras. O Decreto nº 64 de 2 de março de 1903 em seu artigo único estipulava:

Acervo ISA

" Fica reservada para o estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretã com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dous rios abaixo até ao Iguassú que será a divisa norte, respeitados os direitos de terceiros."

Ass. Francisco Xavier da Silva.

Loureiro Fernandes que realizou investigações no aldeamento das Lontras (Palmas), também denominado toldo das Lontras e, *"na reserva conhecida por Palmeirinha e Campina, situada na parte noroeste do município (de Palmas) a meio caminho do Covó e Chopim, abrangendo uma faixa de terra que se extende das cabeceiras do Lageado Grande até a sua foz no Iguaçú"*, comentou em seu trabalho que *" no nobre intuito de evitar o esbulho de terras e impedir atritos entre indios e civilizados"*, o Governo havia reservado essas terras para os índios, através do Decreto nº 64 de 1903. Não poderia prever, em 1941, que um acôrdo firmado entre o Governo Estadual e a União, em 1949, iria dar início à questão das terras da Área Indígena Mangueirinha, que opõe - índios representados pela Fundação Nacional do Índio - e "brancos", há vários anos, numa disputa acirrada pela parte central do total da Área reservada aos índios pelo Decreto de 1903 e ocupada por eles, pelo menos, desde 1814, conforme relatam as fontes e está registrado na história oficial do Paraná e na memória dos Kaingang e Guarani de Mangueirinha. Tal oposição gerou atritos que ocorrem até os dias de hoje, marcando as relações como de fricção interétnica.(Cardoso de Oliveira,1963).

História Guarani.

Relatam as fontes históricas que após a viagem de Cabeza de Vaca pelo interior de Guarapuava, a oeste do atual Estado do Paraná, o governo paraguaio resolveu fundar povoações, à margem oriental do rio Paraná um pouco acima das Sete Quedas. Em 1554, foi fundada Ontiveros com a finalidade de dar proteção aos índios de Guaira, cujas queixas contra os portugueses e índios de São Vicente se faziam sentir. Em 1557, é criada na foz do Piquiri a Cidade Real de Guaira. Ocorreu reação dos índios, contra a penetração em seus domínios. Um dos motivos da reação foi a escravização dos nativos imposta pelos colonos que se estabeleceram nas proximidades da povoação.

Com a chegada dos jesuítas para promoverem a "conversão" dos indígenas, foram sendo criados povoados desde 1555, junto aos rios Ivaí, Iguaçú, Paranapanema, Paraná e Tibagi. Calculam os memorialistas que perto de 100.000 pessoas viviam na região oeste do Paraná. Atritos frequentes se davam entre jesuítas e os primeiros povoadores que disputavam os índios e sua força de trabalho

Informam também as fontes que, em 1585, começaram a aparecer os "caçadores de índios" que penetravam em Guaira. Fernão Paes de Barros, em 1612, atacou várias reduções e aprisionou enorme quantidade de índios.

Os primeiros contatos, tanto de Guarani, como de Kaingang, com representantes da sociedade colonial ocorreram nas reduções de Guairá. Eram contatos temporários e impregnados de atritos. Os ataques frequentes dos bandeirantes paulistas acabaram por destruir as povoações e atropelaram os missionários que são levados a interromper seu intento de "catequização" dos povos indígenas.(Helm, 1995, 11)

Para os missionários, os índios constituíam objeto de catequese, para *"encomenderos"*. vindos de Assunção e bandeirantes de São Paulo, os índios, em especial, os Guarani representavam mão-de-obra para o trabalho escravo.

Para fugir da escravidão parte dos Guarani que eram milhares de indivíduos estabeleceram também alianças com os religiosos, deixando-se *"reduzir"* nos aldeamentos instalados e administrados por padres da Companhia de Jesus em seus territórios. Para Rubem Almelda *"circunstâncias específicas definiram situações favoráveis à criação pelos padres das reduções jesuíticas"*. De 1608 a 1768 a Companhia de Jesus implantou reduções nas *"províncias"* do Guairá (Paraguai,. São Paulo e parte do Paraná atuais) Paraná (Paraná, Santa Catarina) Itatim (Mato Grosso do Sul, Paraguai) e Tapes (parte de Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, Paraguai e norte da Argentina).

Assim, para Meliá (1976) e Almeida (1995, 9) *" os sub grupos Guarani contemporâneos descendem dos povos que se localizavam nessas províncias"*.

Os ataques promovidos pelos bandeirantes paulistas contra os indígenas aldeados em Guaira liquidaram em 1631 com uma grande quantidade de indígenas que viviam nos aldeamentos dirigidos pelos jesuítas. Relatam os cronistas que os Guarani foram forçados a abandonar a região e, os índios Kaingang, (Coroados) migraram, mais tarde, para as matas e campos do oeste paranaense, fugindo da perseguição que os paulistas faziam aos índios na época colonial.

Os Guarani viviam *"nas matas tropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná e do Alto Uruguay e a borda do planalto meridional brasileiro"*. (Schmitz, 1979, 57).

Os Guarani se mantiveram nas matas que recobriam seu território e nelas permaneceram, nos dois últimos séculos, procurando se refugiar das frentes de colonização que avançavam. Informa Almeida que *"no século XVIII essa característica leva o colonizador a designá-los pelo nome genérico de Ka'aguaygua ou "monteses", aqueles que pertencem às florestas"*. (Bartolome, 1977, Almeida, 1991 e 1995, 11)

Aldeamentos

Nos discursos e relatórios dos Presidentes de Província à Assembléia Legislativa do Paraná, principalmente de São Paulo (a partir de 1853, do Paraná) e pelas falas dirigidas a ambos se obtém uma documentação na qual o índio aparece como um obstáculo que deveria ser vencido, ou como um elemento que afugentava os colonizadores. Também através das crônicas dos missionários que administraram os primeiros aldeamentos, temos material histórico importante sobre a situação dos índios, que foram levados a conviver com os "brancos" em áreas restritas, para aprenderem os "hábitos da civilização cristã", enquanto realizavam as tarefas rotineiras e emprestavam seus braços em atividades agrícolas, para o sustento e manutenção dos aldeamentos, (Helm, 1974, 55).

Apesar dos catequistas haverem usado a mão-de-obra indígena de forma gratuita, em moldes coloniais, empenharam-se em preservar a população "inculta" da América, para convertê-la à religião cristã. Assim, propuseram-se a defender os índios, que foram aderindo a uma aproximação com o "elemento civilizador" e, muitas vezes, os utilizaram na conversão de grupos ainda hostis, como relata o Pe. Francisco das Chagas Lima. Porém as dificuldades que tiveram de enfrentar no "sertão", o abandono constante dos aldeados já "convertidos" às práticas religiosas e a volta a seus antigos acampamentos e costumes poligâmicos, todos estes fatos somados às dificuldades financeiras que enfrentaram para administrar os aldeamentos fizeram com que alguns missionários desistissem de seus intentos.

No Governo Imperial, foi aprovado o regimento das Missões (1845) que era um sistema de ação indigenista que estipulava a criação, em cada província, de uma Diretoria Geral dos Índios. O regulamento previa também a presença necessária de um missionário em cada aldeia, com ampla autonomia em sua área de ação específica.

As fontes históricas compulsadas justificam a "conquista" dos espaços, que eram habitados e disputados pelos Kaingang e Guarani, devido a política de ocupação do "sertão", com a finalidade de expandir a colonização para regiões "vazias". (não povoadas pelo colonizador "branco").(Mota,L. 1994).

Nos discursos oficiais, em relatórios de Presidentes de Província, nas memórias registradas por missionários está presente a idéia de que era preciso povoar o Brasil. O índio era visto como obstáculo ao povoamento, e, mais tarde, ao desenvolvimento dos estados do sul. (Helm, C. 1994).

No século XIX, ocorreram várias tentativas de aldear os índios, para mudar seus hábitos e integrá-los à sociedade nacional.

Tanto em Guarapuava (Atalaia), como em Palmas, os Kaingang não aceitaram as novas práticas interétnicas impostas pelos povoadores recém chegados. Um número pequeno de índios permaneceu nesses aldeamentos. As falas dos missionários (Pe. Francisco das Chagas Lima, 1810) e de autoridades do governo estão carregadas de insultos contra os indígenas, que se aproximavam dos aldeamentos, para receber ferramentas e armas e, em seguida, retornavam para seus locais de moradia.

Os índios Kaingang que se estabeleceram junto ao ribeirão Lageado Grande, no rio Palmeirinha e no rio Iguaçu, para se refugiarem dos colonizadores e da ação indigenista praticada nos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, pelos missionários e diretores de índios, permaneceram afastados do contrôle exercido nos aldeamentos pelos agentes da sociedade imperial.

Até a implantação da Colônia Militar do Chopim, criada para defender as áreas de fronteira contra as ações de nações vizinhas, viveram os indígenas nas matas do sudoeste do Paraná, em habitações típicas - as casas grandes e redondas dos Kaingang - descritas pelos diretores de índios, praticando seus hábitos e costumes.(Borba, 1908) Com a instalação da Colônia ficaram rodeados pelas propriedades dos novos povoadores, que se estabeleceram nas imediações do Chopim.

Acervo ISA

O Decreto nº 64 assinado em 1903, deu garantia aos índios da posse do território que ocupavam e serviu para delimitar a área de terras e matas que deveriam continuar usufruindo e estava inserida no Território Fedetral do Iguassu.

Memória Kaingang e Guarani

A ocupação da Área Indígena Mangueirinha, Pr. está presente na memória dos Kaingang e Guarani, principalmente na faixa etária compreendida entre 60 a 100 anos de idade.

As narrativas dos Kaingang e Guarani são uma fonte valiosa, para a reconstituição da história e dinâmica da situação de contato interétnico

Devido às relações de contato que mantém com segmentos da sociedade dos "brancos", estão ocorrendo mudanças nos sistemas organizativos dessas sociedades. Apesar do contato, os Kaingang e os Guarani são grupos étnicos distintos e de culturas singulares, que falam suas próprias línguas e o português.

A sociedade e o estado no mundo dos "brancos" têm os seus códigos. Os símbolos, as representações e as práticas das sociedades indígenas são diferenciados e têm valor reconhecido na Constituição.Federal.

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, em seu Capítulo VII, dos Indios, artigo 231, assegurou que *"são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens"*. (C.F. 1988,).

Antonio Joaquim Cretãn, personagem destacado no teor do Decreto nº64 de 1903 recebeu a designação de "Major" Cretãn, porque era o chefe dos indígenas na região, ou seja, no local conhecido como a "Reserva dos Índios comandados pelo Major Cretãn".

Os militares da Colônia Militar do Chopim passaram a chamá-lo de "Major" Cretãn, devido às relações de camaradagem que estabeleceu na Colônia e, prestação de serviços, conduzindo seus homens, (os Kaingang) nos trabalhos de abertura de estradas.

O "Major" Cretãn, no início do século XX, (1903) obteve o reconhecimento do Governo Imperial e do Governo do Estado do Paraná, pelos seus feitos. Entrou para a história oficial, ao ser mencionado no Decreto nº 64.

Antonio Joaquim Cretãn se tornou um personagem mítico, tanto para os "brancos" como para o seu povo. (os Kaingang). Nas representações dos Kaingang, o cacique Cretãn está ligado ao personagem que garantiu a posse da terra para eles.

Na atualidade, é lembrado com orgulho, por aqueles índios da Área Mangueirinha que são descendentes seus em linha direta.[1]

Antonio Joaquim Cretãn - o cacique Cretãn - ou o Major Cretãn - ou **Krĩtõ -Krim-ton** (seu nome na língua Kaingang) deixou uma linhagem de caciques na Área Indígena Mangueirinha, que deram continuidade às suas ações de carater político e sócio-econômico, na defesa, preservação e vigilância do território tradicionalmente ocupado por eles.

Krim-ton é um têrmo que tem um significado forte na cultura Kaingang.*(o que olha de cima, o que enxerga mais alto).* O seu nome vem sendo herdado por netos e bisnetos, dentro do sistema de nominação patrilinear que caracteriza a sociedade Kaingang (Baldus, 1937, Helm, 1977, Veiga, 1994).

Também o seu nome está ligado à localidade da Área Indígena Mangueirinha, denominada Campina do Cretãn, onde está situada a sede do Pôsto Indígena.

Relatam os Kaingang[2] descendentes diretos da linhagem do "Major" Antonio Joaquim Cretãn - Krim-ton - que *"receberam as terras em pagamento de serviços prestados na Colônia Militar do Chopim"* (1882).

Os Kaingang contam que estão ocupando a Área Mangueirinha *"desde o tempo em que não havia morador português (branco) e era só sertão"* (Pires,1975, 40).

Narram que seus antepassados foram se refugiar no Covó, para escapar do contato com os primeiros colonizadores, que se instalaram nos campos de Guarapuava (Atalaia, 1808) e de Palmas. (Loureiro Fernandes,1941, 162 e Pires, 1975, 40).

---

[1] Consultar o documento vídeo nº 1 - depoimento do índio Francisco Luiz dos Santos, obtido durante a investigação pericial na Área Indígena Mangueirinha, Pr. no mês de novembro de 1995, em anexo.

[2] Depoimento prestado à perita,em novembro de 1995, na Área Indígena Mangueirinha, na sede do Posto por Francisco Luiz dos Santos, 77 anos , lider Kaingang, ex-capitão e bisneto de Antonio Joaquim Cretãn. Na entrevista também se referiu aos atos do cacique Capanema, filho de Antonio Joaquim Cretãn.

Relataram os Guarani[3] , descendentes de Francisco Gabriel, primeiro capitão da aldeia Palmeirinha (antes denominada toldo da Palmeirinha) que chegaram na Área Indígena Mangueirinha, no tempo em que o velho José Capanema, filho de Antonio Joaquim Cretãn, o "Major" Cretãn, era o chefe na Palmeirinha. Neste local habitavam os Kaingang que eram chefiados pelo cacique Capanema. Na Campina do Cretãn, hoje aldeia Campina, também denominada de "sede do Posto", viviam os Kaingang, liderados por José Luiz dos Santos, que determinou que os Guarani ficariam nas proximidades do Iguaçu, subordinados ao cacique Capanema, que era da etnia Kaingang.

"José Capanema cedeu um canto para nós" narrou o velho Aristides Gabriel, filho de Francisco Gabriel. *"Tudo era matão por aqui". "Depois chegaram mais famílias de Guarani e era três o número de aldeias".* Com a morte do cacique Capanema, seu filho, Joaquim Capanema permaneceu por mais alguns anos na Palmeirinha. Mais tarde, assumiu a liderança o índio Guarani Gervásio e os Capanema se retiraram da Palmeirinha, devido às arbitrariedades cometidas contra eles pelos dirigentes do então Serviço de Proteção aos Índios.(final da década de 50).

O Serviço de Proteção aos Índios - SPI.

Em 1910, foi criado no Brasil o Serviço de Proteção aos Índios, dentro de uma política de integração dos indígenas à sociedade nacional.

No início do século XX, os índios Kaingang da Área Mangueirinha, Pr. já ocupavam a área de terras descrita no Decreto nº 64 de 1903. Viviam em aldeias espalhadas pelo território delimitado em 1903, que compreendia uma área de terras e matas, desde a Campina do Cretãn, na parte norte, até o rio Palmeirinha, ao sul, ou seja a partir da cabeceira do Ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios abaixo até ao Iguaçu, na divisa norte.

Quando foi criado o SPI., era cacique da Área Mangueirinha o índio Kaingang José Capanema, filho do "Major" Antonio Joaquim Cretãn, como informam os seus descendentes e está registrado no Relatório da Inspetoria do

[3] Depoimento dado à perita em novembro de 1995, na Área Indígena Mangueirinha, na aldeia Palmeirinha, por Aristides Gabriel, 75 anos. Ele é o rezador, portanto o Guarani mais respeitado de sua comunidade.

Paraná, em 1913, pelo inspetor, José Maria de Paula. (Maria de Paula, 1913, 30,31).José Capanema vivia na aldeia Palmeirinha, próxima do rio Iguaçu.

O cacique Capanema - Capanin - seu nome na língua Kaingang - entendia que para tratar de assuntos de natureza política, que diziam respeito a seu povo, precisava recorrer ao chefe do Estado brasileiro (Estado-Nação). Um cacique, um chefe de uma etnia - a Kaingang- deveria se dirigir ao chefe "maior", para obter soluções para as questões que diziam respeito ao seu povo.

Nos Relatórios do SPI redigidos pelo Inspetor José Maria de Paula há informações de que José Capanema fazia viagens ao Rio de Janeiro, para tratar diretamente com o Presidente da República dos direitos territoriais de seu povo que ocupava tradicionalmente a Terra Indígena Mangueirinha.

Este dado é importante, porque os descendentes de José Capanema, seu filho Joaquim Capanema e seu neto João Vicente Capanema empreenderam várias viagens à Capital Federal, para apresentar queixas contra ações do Governo que prejudicaram os Kaingang de Mangueirinha.

Quando tomaram conhecimento do Acordo de 1949 entre os Governos do Estado do Paraná e a União, os Capanema perceberam que seus direitos históricos sobre as terras da Reserva Mangueirinha estavam ameaçados. Fizeram sucessivas viagens, para a Capital Federal, para tentar junto ao Diretor Geral do SPI e Presidente da República do Brasil, a anulação do referido Acordo.[4]

Por volta de 1915, algumas famílias de índios Guarani, procedentes do Rio Grande do Sul, em suas migrações à procura de terras[5] , se apresentaram na Reserva Mangueirinha. Receberam orientação dos índios Kaingang, aldeados na Campina do Cretãn, que deveriam se dirigir ao cacique José Capanema, que vivia na aldeia Palmeirinha do Iguaçu. José Capanema, lider da comunidade, acolheu os Guarani que ergueram sua primeira aldeia, junto ao rio Butiá, próxima à dos Kaingang. Os Guarani permanecem até os dias de hoje, ocupando terras na Área Indígena Mangueirinha, nas proximidades do rio Iguaçu, cedidas a eles pelos descendentes de Antonio Joaquim Cretãn. Relatam que ergueram aldeias, no Butiá e no Sete Voltas, localizadas na parte

---

[4] Em pesquisa que realizamos em 1964, entrevistamos o índio João Vicente Capanema, no Posto Rio das Cobras no Paraná, onde se achava confinado, por decisão dos administradores regionais do SPI no Paraná.

[5] A procura de uma terra sem males, ou no entender de Meliá,(1981, 11) "terra sem estragos" é uma característica dos Guarani.

central da área, havendo sido expulsos dessas terras quando houve a divisão do território indígena, depois do Acordo de 1949. Também foram reassentados em nova aldeia, na década de 70 (1979), quando foi construída a Hidrelétrica Salto Santiago no rio Iguaçu (Helm,1982 e1994). Permanecem na Palmeirinha e nas proximidades do rio Iguaçu até os dias de hoje.

Com base nas fontes históricas, MM.Juiz, podemos concluir:

.que os Kaingang foram ocupar as terras e matas situadas nas proximidades do Covó, do Chopim e do Iguaçu;

.que são índios que se retiraram dos campos de Guarapuava e Palmas pelos motivos descritos neste histórico e se estabeleceram no Covó, no Chopim e no Iguaçu.

.que devido a implantação da Colonia Militar do Chopim e a necessidade de delimitação da Área de terras por eles ocupadas o Governo em 1903, reservou para os indígenas a Área situada a partir da cabeceira do Ribeirão do Lageado Grande (hoje, Lageado Grande dos Índios) à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha (hoje rio Palmeirinha) e por estes dois rios abaixo até ao rio Iguaçu, na divisa norte da Área, conforme está no teor do Decreto nº 64 ;

.que tanto os Kaingang que estão ocupando a Área Mangueirinha, desde tempos históricos, como os Guarani que chegaram no início deste século, têm direitos territoriais assegurados pela Constituição Federal, porque ocupam permanentemente uma área de terras e matas da União, considerada terra indígena. A Área Indígena Mangueirinha está situada dentro do antigo Território Federal do Iguassú, área de fronteira.

Acervo ISA

2.

Provas documentais.

O documento mais importante que se constitui em prova de que os índios Kaingang e Guarani de Mangueirinha, Pr. são os habitantes tradicionais da referida Área é o **Relatório da Inspeção Procedida nos Toldos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, em 1937**, pelo delegado do S.P.I., no Estado do Paraná, Sertório da Rosa.

Trata-se de documento inédito do Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército, do Serviço de Proteção aos Índios. O Relatório datilografado contém 26 (vinte e seis) páginas e está datado de 17 de abril de 1937, Cidade de Palmas. Os serviços de inspeção foram realizados por determinação do Tenente Coronel Durival de Brito e Silva, então chefe do SPI.

O Relatório contém uma descrição minuciosa da situação dos indígenas nos toldos visitados. **Descreve os toldos da Campina e da Palmeirinha, situados na Reserva Mangueirinha, no município de Palmas** (sómente mais tarde, passa a fazer parte dos municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida).

O documento deixa claro que **"estes dois toldos occupam em commum uma área aproximadamente de 5.000 alqueires de terras fertilíssimas, doadas pelo Governo do Estado, pelo Decreto nº 64, de 2 de Março de 1903".**

No Relatório de 1937 há referência à doação das terras para os indígenas que estavam espalhados em dois toldos ou aldeias, um na Campina do Cretãn e outro na Palmeirinha do Iguaçu. O relato afirma que os índios de ambos os toldos **ocupam uma área em comum.** (Rosa, 1937, p.7).

O Relatório descreve as dificuldades que os índios enfrentavam, devido a situação da Reserva, distante de povoados, estradas e desprovida de uma sede de Posto e de um Encarregado, para dar atendimento aos índios.

O Relatório contém dois formulários preenchidos com os censos de 1934 dos índios Guarani e Kaingang, Tais informações foram escritas de próprio punho pelo Encarregado do SPI de Palmas,

Sr.Deocliciano de Souza Nenê que assina os formulários. Em novembro de 1995, apresentamos ao Senhor Dival José de Souza, funcionário da Fundação Nacional do Índio, os documentos assinados pelo Sr. Deocliciano, seu pai. O Sr. Dival de Souza reconheceu a caligrafia e assinatura de seu pai Sr. Deocliciano nos formulários que contém o censo dos índios que **ocupavam em comum aquela área de terra.**

Durante a perícia procedida na Área Indígena Mangueirinha, no mês de novembro de 1995, pudemos comparar os dados do atual censo fornecido pela ADR de Guarapuava com os de 1934. Os sobrenomes das famílias Kaingang e Guarani que aparecem no censo de 1934, também estão no de 1996, pelo menos uma boa parte do número de famílias.

Entre os índios arrolados no censo de 1934, o indivíduo mais velho, com a idade de 90 anos (em 1934) era o cacique José **Capanema**, que ocupava as terras da Palmeirinha, no Iguaçu com seus filhos e netos. Na Palmeirinha estavam os Guarani de sobrenome **Gabriel, Silva, Martins, Castro, Fernandes, Martins** que até os dias de hoje, permanecem naquele lugar, sendo que o velho cacique **Aristides Gabriel** foi o nosso principal informante, durante a pesquisa realizada em novembro de 1995, naquela Área, para a perícia antropológica. (ver entrevista).

Na Campina, encabeça a lista o índio Kaingang, João **Luiz dos Santos.** Seu irmão, José Luiz dos Santos, é pai de **Francisco Luiz dos Santos** um dos nossos informantes entrevistado (em video) em novembro de 1995. Francisco Luiz é bisneto do Cacique Antonio Joaquim Cretãn. As famílias de sobrenomes **Luiz dos Santos, Capanema, Ferreira Santos, Guédes, Cipriano, Oliveira, Mendes, Ferreira, Honório,Barbosa, Crespo,** aparecem no antigo censo de 1934 e no atual.

Pela leitura cuidadosa do Relatório de 1937 e dos formulários que contém os censos com os nomes das famílias indígenas, podemos concluir MM.Juiz que os Kaingang e os Guarani que ocupavam a Área em comum, em 1937, são os ascendentes dos indígenas que permanecem na Área Mangueirinha até os dias de hoje (fev.1996).

Os livros de Registros de óbitos, nascimentos e casamentos do Posto Indígena Mangueirinha, também denominado Posto Indígena Cacique Capanema e, nos últimos anos, Área Indígena Mangueirinha, se constituem em **provas documentais** de que **os índios Kaingang e Guarani permanecem na referida Área.Os nomes e sobrenomes dos índios coincidem com os dos censos de 1934.**

Para citarmos um exemplo elucidativo utilizamos o "**Livro de Registro de óbitos dos índios da Tribu Kaingang, do P.I.C.de Mangueirinha", Território Federal do Iguassú da I.R. 7ª do SPI, datado de 30.10.1957 e assinado pelo auxiliar de Sertão Encarregado do Posto, Atilio Masalotti. O óbito anotado com o nº 12, era o de uma criança que recebera o nome em português de Odorico e, Kongrê, em Kaingang. Era filho de João Luiz dos Santos e de Maria Joaquina. O índio João Luiz dos Santos encabeça, como escrevemos, o formulário preenchido em 1934 pelo Sr. Deocleciano de Souza. O censo dos índios da Campina contém uma série de sobrenomes que são da família Luiz dos Santos. São índios que possuem o maior número de parentes na Área Indígena de Mangueirinha.**

Ainda sobre o registro do óbito da criança indígena que recebeu o nome de Odorico está anotado que seus avós paternos eram **Luiz Barbosa dos Santos,** (nome indígena **Neckocãn**) e **Joaquina de Abreu,** (nome indígena, **Guegnon**).

Indagamos ao nosso informante, o índio **Francisco Luiz dos Santos,** durante a perícia realizada na A.I.Mangueirinha, por quê Joaquina recebera o sobrenome de Abreu. A resposta foi a seguinte: *"Abreu era o sobrenome do militar que batizou a índia. Era Capitão da Colônia Militar do Chopim, Me contou, meu avô".*

Recorremos às fontes para comparar o relato do índio Francisco Luiz dos Santos com a história oficial. Constatamos que **Alberto Ferreira de Abreu,** era o nome do Diretor da Colônia, nomeado em 1886.

Acervo ISA

À medida em que os indígenas, que ocupavam as terras situadas nas proximidades da Colônia Militar do Chopim passaram a ter um contato direto com os agentes da sociedade nacional, foram recebendo a influência desse contato. A imposição dos nomes portugueses, ao lado do nome indígena foi uma forma "conciliatória" dentro da política de integrá-los aos costumes da sociedade nacional.

Krinton - passou a ser designado por Cretãn.

Capanin - foi aportuguesado para Capanema.

Joaquina de Abreu recebeu o sobrenome de seu padrinho "branco", o militar comandante da Colônia, Alberto Ferreira de Abreu.

Os censos da população Kaingang e Guarani elaborados em 1934 e incorporados ao Relatório do delegado Sertório da Rosa, em 1937, que se encontram em anexo, **indicam, MM.Juiz, que os Kaingang estavam espalhados pela Área Mangueirinha** (a Reserva) **tanto na aldeia Palmeirinha, como na Campina do Cretãn e, na parte que mais tarde ficou em litígio. Haviam habitações na aldeia Passo Liso e na antiga aldeia Paiol do Tigre e no lugar que mais tarde passou a ser a aldeia Fazenda.** Todas situadas na parte hoje em litígio. **Quanto aos Guarani viviam nas aldeias Sete Voltas e Butiá que também estavam localizadas na parte que se tornou em litígio. No fundo da Área, perto do rio Iguaçu havia uma aldeia Guarani, denominada Ilha.**

Os Kaingang que viviam na Campina, no Passo Liso, no Paiol Queimado e no Paiol do Tigre eram liderados pelo índio Luiz Barbosa dos Santos. A parentela dos Luiz dos Santos até hoje é a mais numerosa da Área Mangueirinha. Os Kaingang eram dirigidos pelo velho cacique José Capanema, que vivia na Palmeirinha do Iguaçú, que era descendente direto do "Major" Antonio Joaquim Cretãn.

Os Guarani contam (ver depoimento de Aristides Gabriel) que possuíam um cacique o qual estava subordinado ao velho José Capanema.

Até os dias de hoje, os Kaingang que são em maior número e se dizem "os verdadeiros donos da terra", elegem o chefe político de toda a Área Mangueirinha. O cacique Guarani é subordinado à autoridade Kaingang. O

Guarani justifica o sistema hierárquico de poder dizendo *"o Kaingang é mais sabido, ele manda..."* O Kaingang diz: *"Eles são mais humildes que nós..."* (ver depoimentos transcritos, em anexo).

Foi necessário durante a investigação pericial realizada na Área Indígena Mangueirinha, no mês de novembro de 1995, rocorrer à memória dos índios mais velhos, tanto Kaingang, como Guarani, para reconstituir a distribuiição da população em aldeias, antes e depois do acontecimento de 1949, quando foi feita a divisão da Área em 3 partes ou glebas e retiradas as famílias indígenas que ocupavam a parte mais central do território. Narraram os Kaingang e os Guarani entrevistados e que deram seus depoimentos (em anexo), que as famílias dos Kaingang foram retiradas do centro da Área e colocadas na Campina e no Paiol Queimado e, as dos Guarani, foram concentradas na Palmeirinha do Iguaçu.

O documento escrito por José Lombardi e Miguel Nakamura em 1981, por solicitação da Fundação Nacional do Índio e que se encontra anexado aos Autos deste Processo, também descreve a distribuição das antigas aldeias indígenas e ilustra com mapas a localização das aldeias Kaingang e Guarani, tanto no centro, como nas partes sul e norte da Área Mangueirinha.

3.
Genealogias

Para responder a este quesito foram selecionadas famílias que constam da relação dos censos de 1934 (Relatório do delegado do SPI, Sertório da Rosa) e que deixaram descendentes que permanecem na Área Indígena Mangueirinha.

Comó já foi exposto neste Laudo, os descendentes diretos do cacique Antonio Joaquim Cretãn estão distribuídos pelas 7 (sete) aldeias da Área.

Nos censos de 1934, os Kaingang descendentes do velho cacique, estavam localizados na Palmeirinha chefiados por José Capanema e, também, nas aldeias Campina, Paiol Queimado, Água Santa e Passo Liso dirigidos por José Luiz dos Santos. O filho do Major Cretãn era o chefe que comandava todos os índios.Em pontos estratégicos do território, ao norte no Iguaçu e, ao sul, na Campina, distribuiram-se os Kaingang, atentos às entradas da Área e vigiando suas fronteiras, para garantir o território para seu povo.

Os Kaingang cederam um espaço para os Guarani, desde que estes concordassem que o chefe político seria sempre um elemento da etnia Kaingang. Os Guarani, como foi constatado, ficaram no Butiá e no Sete Voltas no lado norte da área, chefiados por José Capanema.

José Capanema, filho de Antonio Joaquim Cretãn deixou descendentes, entre eles seu filho Joaquim Capanema e seu neto JoãoVicente Capanema. Devido ao Acordo de 1949, os Capanema sofreram represálias dentro da Área Indígena Mangueirinha, porque tentaram de diversos modos a anulação do referido Acordo, intercedendo junto ao Governo. João Vicente Capanema se insurgiu contra a administração do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, no Posto e, em Curitiba, sendo transferido para o Posto Indígena Marrecas (Guarapuava) e, depois, para o Posto do Rio das Cobras[6]. Sómente mais tarde, pôde retornar à Área Indígena Mangueirinha onde veio a falecer, vítima de atropelamento. Seus filhos estão hoje na Área Mangueirinha, na Área Xanxerê (S.C) e na Área de Laranjeiras do Sul, no Rio das Cobras (Pr.). Constam do censo de 1996 organizado pela Administração Regional da FUNAI de Guarapuava (ver censo em anexo).

Utilizando os sinais Δ para homem e O para mulher e I para descendência temos o seguinte esquema em que estão inseridos os Capanema:

ΔAntonio Joaquim Cretãn
ΔJosé Capanema. Viveu e morreu na A.I.M.aldeia Palmeirinha
ΔJoaquim Capanema. Nasceu e morreu na A.I.M. aldeia Palmeirinha
ΔJoão Vicente Capanema. Nasceu e morreu na A.I.M.
ΔSebastião Capanema. Vive hoje na aldeia Água Santa na A.I.M.

Luiz Barbosa dos Santos era casado com a índia Maria Joaquina de Abreu, irmã de José Capanema.Seus filhos João Luiz dos Santos e José Luiz dos Santos viveram na Campina. José Luiz foi autoridade indígena. Seu filho Francisco Luiz dos Santos contou com orgulho os feitos de seu pai.

---

[6] *Entrevistamos este índio em 1964 no Posto Rio das Cobras e, também, em 1967, quando relatou os fatos ocorridos na Area Indígena Mangueirinha*

Acervo ISA

O bisavô de Francisco Luiz dos Santos, seu avô Luiz Barbosa e seu pai, José Luis dos Santos deixaram descendentes que estão espalhados em várias aldeias da A.I.M.

Nas genealogias levantadas em cada família há, pelo menos 5, ou 6, primos ou parentes próximos de Francisco Luiz dos Santos.

Os Luiz dos Santos permanecem na Área e há uma extensa rêde de relações de parentesco entre eles. Sempre estiveram na estrutura de poder da Área Indígena. Os caciques têm sido escolhidos pelos Luiz dos Santos. Em passado recente, quando foi eleito um índio mestiço de Guarani com Kaingang, para administrar a Área, os Luiz dos Santos, apesar de parentes da mãe Kaingang do Cacique, tudo fizeram para retirar este índio da chefia.

Para os propósitos deste Laudo foram entrevistados, em 1995, os indígenas que viviam em aldeias no centro da área, onde possuíam casas e roças e que foram expulsos, depois de 1950, passando a viver na Campina, no Paiol Queimado na Água Santa e na Palmeirinha do Iguaçu.

Foram levantadas suas genealogias e os lugares onde vivem na atualidade dentro da Área Indígena Mangueirinha. Também foram gravadas entrevistas que se encontram, em anexo.

A Kaingang **Maria Honório** consta da relação de 1934. Ficou viúva. Foi expulsa com seus filhos menores da parte do centro da área. Contou que foi levada para a Campina. O seu 1° marido era o índio José Crespo. Maria Honório é filha de Francisco Honório e de Maria Francelina Mendes. Tem filhos do 1° marido e de Sebastião Ciriaco. Ela e seus filhos vivem na Área e estão no Censo da FUNAI de 1996.

O Kaingang Algemiro Ferreira, filho de José Ferreira e de Maria Rosa Severino foi informante e guia durante a perícia. Percorreu o interior da Área e mostrou os lugares onde seus parentes viviam e faziam roças. Sua entrevista está gravada em anexo.

Algemiro está casado com a índia Maria Francisca, irmã de Francisco Luiz dos Santos, que é descendente dos Luiz e do Major Krinton.

Algemiro é irmão de Alzira Ferreira Gabriel, viuva do ex lider da comunidade, o índio Norberto Gabriel, que foi vítima de acidente automobilístico. Foi liderança junto com o cacique Ângelo Cretãn também falecido vítima de acidente, em 1980. Os descendentes de Gabriel estão na aldeia Campina e na aldeia Iguaçu. Um seu filho, José Gabriel, é chefe da administração regional do Chapecó, em Santa Catarina.

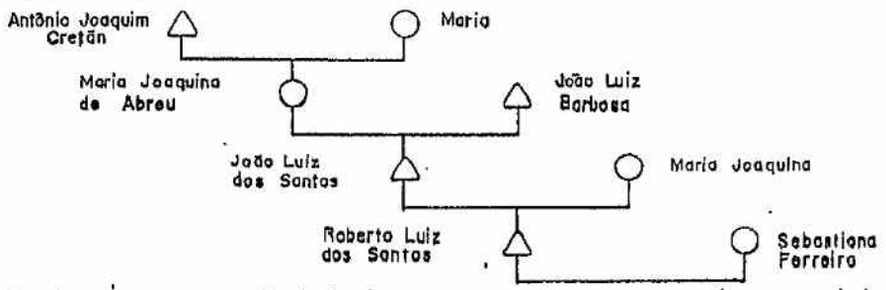
Algemiro Ferreira e sua mulher Maria Francisca Luiz dos Santos são descendentes dos índios que aparecem arrolados no censo de 1934. Há uma grande rêde de relações de parentesco entre os Ferreira, os Luiz dos Santos, os Crespos.

É importante mencionar que a velha índia **Balbina,** falecida há quatro anos, com 105 anos de idade e cuja entrevista está em anexo, era irmã do pai de Francisco Luiz dos Santos. **Balbina era mãe de Ângelo de Souza Cretãn, líder do movimento indígena que explodiu na Área Mangueirinha, na década de 70.**

Balbina e Gentil de Souza (branco) **aparecem no censo de 1934 e seus descendentes estão na Área Indígena Mangueirinha até os dias de hoje.**

O índio Roberto Luiz dos Santos que é casado com Sebastiana Ferreira dos Santos foi um de nossos guias.

De Toyota, fomos até o interior da parte da Área em litígio e visitamos a Tapera do Ciriaco, no rio Ciriaco. Documentamos os restos do "sítio" do pai de Roberto Luiz, que era o índio João Luiz dos Santos. Este era filho de João Luiz Barbosa.



Foi possível ver o tronco da imbuia que suportava um antigo monjolo (foto em anexo). Havia o pilão onde socavam o milho para fazer farinha que depois era colocada no fôrno, explicou Roberto Luiz.

Narrou que *"o velho João Antonio, capanga dos Slaviero, queimou o barraco e o paiol (deles) e com uma borracha ameaçava os índios que reagiam".*

Disse que foram expulsos da Tapera do Ciriaco, em 1956. Sua mãe recebeu 5.000 (cinco mil réis) para deixar a casa em que moravam,no centro da Área (ver foto em anexo).

Poderiamos ainda citar os depoimentos de Maria Doralice de Jesus, Antoninho Luiz que vivem na Aldeia Mato Branco, no centro da Área, e que são descendentes de Luiz Barbosa Santos. Seus depoimentos se referem ao período em que Maria Doralice e Augusto Luiz viveram com seus filhos, no lugar denominado Ressaca, na parte em litígio da Área.

4.
Antigos caminhos e locais de moradia

Com o auxílio de guias índios cujos familiares haviam ocupado a parte central da área e de um funcionário da Regional da FUNAI de Guarapuava, responsável pela chefia do patrimônio indígena e, ainda, acompanhados pelos assistentes técnicos indicados pela Fundação Nacional do Índio, percorremos de "Toyota" e a pé os vários caminhos e estradas localizados no interior da mata e na área limpa.

Visitamos os locais em que os informantes apontavam e reconheciam, como os antigos sítios e habitações, roças, barbaquás, monjolo (ver fotos em anexo) de seus pais, avós e que foram destruídos e até queimadas as casas, roças e paióis, quando ocorreu a expulsão das famílias Kaingang e Guarani, que habitavam a parte mais central da Área Mangueirinha.

Os índios Kaingang Francisco Luiz do Santos, Antonio Augusto Luiz dos Santos, Alzemiro Ferreira, Maria Honório, Roberto Luiz, Maria Doralice e Cecília Honório dos Santos relataram como ocorreu a expulsão deles e de seus familiares da parte central da Área.

Alguns caminhos foram abandonados e há estradas construídas, mais recentemente, para retirada da produção e principalmente de toras de madeira por atravessadores da região.

Cemitérios Indígenas.

Visitamos dois cemitérios considerados lugares sagrados pelos índios. O traço forte da organização social Kaingang era a cerimônia do culto aos mortos. O respeito pelo morto está presente na cultura dos Kaingang e dos Guarani.

Há trabalhos antropológicos que tratam sobre o culto aos mortos entre os índios Kaingang. O estudo clássico de H. Baldus publicado em 1937, resultou de uma pesquisa realizada na Reserva Indígena Toldo das Lontras, em Palmas. (Baldus, 1937, 29).

Mais recentemente, a antropóloga Juracilda Veiga em sua tese: Organização Social e Cosmovisão Kaingang tratou no cap. VIII sobre os Kaingang e seus Mortos. (Veiga, 1994, 148). Também o antropólogo canadense Robert Crépeau, em 1994, publicou dois trabalhos que resultaram

de suas pesquisas entre os Kaingang do Chapecó, em que estuda os mitos e os ritos dos Kaingang, especialmente o **Kiki**.

Podemos dizer que há dois cemitérios na Área Indígena Mangueirinha. Na Campina enterram seus mortos os Kaingang. Na Palmeirinha se localiza o cemitério Guarani. Contam os Guarani que na antiga aldeia Butiá há um terceiro cemitério, que foi abandonado, porque os índios foram expulsos da parte céntral da Área....Assim, como foi explicitado, os Guarani foram concentrados na Palmeirinha e a aldeia e o cemitério localizados no Butiá ficaram abandonados, ainda que guardem grande respeito pelo local em que está situado o antigo cemitério e não permitem que seja violado.

Pelo levantamento das genealogias, através do relato dos informántes que colaboraram durante a realização da perícia, na Área Indígena Mangueirinha, no mês de novembro de 1995, é possível, MM. Juiz, construir uma extensa rêde de relações de parentesco, comparando os dados com os dos censos de 1934, de 1967 e de 1996.[7]

Através da memória indígena e dados do censo de 1934, em anexo, foi possível identificar a linhagem dos principais caciques da Área e dos quais descendem grande parte dos Kaingang. Também o relato do Guarani, Aristides Gabriel, contribuiu para a verificação das famílias que estão hoje na área e que descendem dos Guarani do censo de 1934.

Como já foi respondido, os Kaingang descendem dos Capanema, Barbosa dos Santos, Luiz dos Santos, Ferreira, Oliveira, Guimarães, Abreu, Guedes, Mendes, Cipriano, Arruda, Crespo, Alves Ramos, Novo, Souza Pinto que permaneceram na área. No censo atual aparecem os sobrenomes que estavam no censo de 1934, mais os índios que vieram de outros Postos através de laços de casamentos, amizades ou transferências.

A população da Área hoje é constituída de 1616 índios. Houve um crescimento populacional significativo. As antigas aldeias cresceram e surgiram outras que abrigam os novos casais, que geralmente são acompanhados de uma avó, mãe, avô ou pai.

---

[7] O censo de 1934 foi elaborado pelo Sr. Deocliciano de Souza; em 1967 elaboramos um censo da população da AIM, durante nossa investigação de campo realizada no Posto Indígena Cacique Capanema (Helm, 1974) e, o censo de 1996 é de responsabilidade da ADR da FUNAI de Guarapuava.

Quesitos formulados pela Fundação Nacional do Índio.

1. Especifiquem os Srs. Peritos, a abrangência da posse indígena na área em litígio, assim considerada toda a área por eles habitada, utilizada para seu sustento e necessária à preservação de sua etnia e identidade cultural;

2. Digam os "experts", através de critérios antropológicos e arqueológicos, se a área em litígio pode ser considerada terrotório indígena de ocupação imemorial, ocupada pelos silvícolas de acordo com usos, costumes e tradições tribais, indispensável à sua subsistência ou economicamente útil;

3. Procedido o levantamento histórico da área em questão, descrevam os Srs. Peritos o ambiente ecológico dos silvícolas, sócio-cultural, onde eles detinham seu "habitat" etno-historicamente constituído e abrangência da área cuja posse é imemorial;

4. Prestem os Srs. Peritos esclarecimentos capazes de evidenciar a posse indígena exercida pelas Comunidades Guarani e Kaingang na área em litígio, considerando, para tanto, não sómente o local onde se encontra edificada a moradia ou a sede da tribo, mas sim toda a área que servia ao índio ou ao grupo indígena para caça, pesca, coleta de frutros naturais, roças, roçados, cemitérios, habitação, realização de cultos e cerimonias religiosas e hábitos próprios dos indígenas para a conservação e preservação da subsistência do grupo tribal.

Acervo ISA

Respostas aos quesitos formulados pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

1.

Posse Indígena.

Os índios Kaingang ocupavam as terras e matas localizadas junto aos rios Iguaçu e Chopim, na região do Covó.

Com a expansão das frentes da sociedade nacional, notadamente com a instalação da Colônia Militar do Chopim os grupos Kaingang chefiados pelo cacique Antonio Joaquim Cretãn, passaram a ter um contato permanente com os novos povoadores.

Entendeu o Governo do Paraná que os índios que se encontravam na região, deveriam ter uma área de terras reservada e delimitada para eles, através de Decreto.

Assim, o Governo do Paraná justificava que para os índios "que se achavam estabelecidos à margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no município de Palmas era mister garantir-lhes morada estável, de modo a se dedicarem à agricultura a que estavam afeitos ". Em 2 de Março de 1903, o 15° da República, foi assinado o Decreto nº 64 que em seu artigo único estipulava:

> *Ficam reservadas para o estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretãn com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dous rios abaixo até ao Iguassú que será a divisa norte respeitados os direitos de terceiros".*
>
> Palacio do Governo do Estado do Paraná.
>
> *Ass. Francisco Xavier da Silva e Arthur Pedreira de Cerqueira*

Os Kaingang que se encontravam na posse do território descrito no teor do Decreto nº 64 de 1903 se mantiveram nas terras e matas que ficaram reservadas e delimitadas para eles. São 17.308,0775 ha., sendo que 9.908,0775 ha., se encontram em litígio.

Com o povoamento da região, ficaram cercados pelos novos núcleos e sítios dos "brancos", também chamados por eles de "portugueses" ou "colonos".

De acôrdo com a memória indígena foi o bisavô, Antonio Joaquim Cretãn, que recebeu as terras por serviços prestados na Colônia Militar do Chopim. (ver depoimento gravado em vídeo e transcrito de Francisco Luiz dos Santos, em anexo).

Para a índia Balbina de 103 anos falecida recentemente (1994): *"o vovô ganhou as terras do Governo e veio uma gente querer a terra e queimaram os marcos e invadiram e ficou pequena nossa terra.- O vovô mediu as terras e esteve no Rio de Janeiro exigindo do Governo a medição"* (ver depoimento gravado em vídeo e transcrito da índia Balbina, obtido em 1992, do acervo da Profª. Cecília Helm).

Para o índio Kaingang, Augusto Luiz dos Santos, (irmão mais velho de Francisco Luiz dos Santos), que também faleceu há pouco tempo, "foi o finado Capanema o primeiro que mediu a terra. Ele que era filho de Antonio Joaquim Cretãn tinha todos os documentos de nossa terra". (ver depoimento gravado em vídeo e transcrito, em anexo). Augusto Luiz dos Santos narrou que ajudou a fazer a medição e a colocar os marcos, antes do Acôrdo de 1949.

Os Kaingang ocupavam e estão ocupando toda a Área Indígena, desde a Campina dos Índios até o rio Palmeirinha, Lageado Grande e o rio Iguaçu. Os Capanema tinham uma aldeia na Palmeirinha, nas proximidades do rio Iguaçu. Os Luiz dos Santos estavam espalhados na Campina, na antiga aldeia Paiol do Tigre e no Passo Liso, esta considerada dentro da parte da área em litígio.

Os Guarani que foram acolhidos pelos Kaingang com a anuência do velho cacique José Capanema construíram suas aldeias no Butiá e no Sete Voltas. Com o Acôrdo de 49 e retirada dos índios da parte mais central da Área, os Guarani foram levados para perto do rio Iguaçu, junto com os Kaingang que viviam na parte norte da Área. Os Guarani foram assentados na Palmeirinha, quando foi construída a Usina Hidrelétrica Salto Santiago no rio Iguaçu, na década de 70, e uma parte de suas terras e roças foram alagadas.

Mais tarde, uma parte dos Guarani voltou a residir na aldeia Iguaçu e a outra se encontra na Palmeirinha, no reassentamento construído pela ELETROSUL / FUNAI.

Tanto os Kaingang, como os Guarani, utilizaram as partes de florestas menos densas e os lugares mais limpos, para construírem suas aldeias. Realizam roças nas partes menos acidentadas e também onde não há floresta de Araucária angustifolia. Complementam seu sustento com atividades de caça, pesca e apanha de frutos, mel, raízes, e plantas para remédios caseiros[8].

Como já foi respondido, os Guarani tinham o seu cemitério na aldeia Butiá e devido a expulsão que ocorreu na década de 50, tiveram de abandonar o seu cemitério. Começaram a enterrar seus mortos na Palmeirinha do Iguaçu.

Para os indígenas a terra onde sepultam os seus mortos é lugar considerado sagrado. Assim, com dificuldade relataram estes fatos.

Conhecem e identificam cada lugar, a vegetação, o tipo de solo, fazem roças rotativas, têm grande respeito pela mata de Araucária, pelos mananciais, pelas aves e animais. Nas suas línguas há têrmos para cada planta, animal, ave, rio, acidentes geográficos. Os limites do território são claramente definidos pelos índios mais velhos, através de referências geográficas como rios, córregos, lageados, vales, mata, áreas de campina, e indicam os nomes dos confrontantes "brancos". Possuem um domínio da Ciência do Concreto.(Lévi-Strauss, 1962)

Nas suas representações o território que ocupam pertence a eles. Dizem que não abandonam a terra que ganharam e onde estão seus parentes, seus mortos, seus sítios. Há uma relação muito estreita entre eles e o território que estão usufruindo e que lhes garante a reprodução física e cultural.

Narram os acontecimentos posteriores a 1949 com tristeza e até com certa indignação. Acham que foi cometida uma "invasão" no território deles. Dizem que não invadiram até hoje qualquer pedaço de terra de "branco", de "português", de "colono".

Há, entre eles, um forte sentimento de pertencer aquele território, estar na posse daquelas terras, ser capaz de recordar os atos e feitos de seus antepassados, o bisavô, o avô, o pai.

Há também respeito pela cultura de cada grupo. Guarani respeita o modo de ser do Kaingang e o Kaingang respeita a cultura Guarani.

Cada um tem espaços e domínios bem definidos e o seu modo de ser. Há um consenso com relação à autoridade do chefe Kaingang em toda a Área.

---

[8] *Ver a recente tese da bióloga Nacir R. Marquesini sobre Plantas Usadas como Medicinais pelos Índios do Paraná, defendida na UFPr. Curitiba, 1995, 18.*

Identidades Kaingang e Guarani

Com referência às etnias Kaingang e Guarani, que mantém avivadas as suas identidades étnicas é importante mencionar que **a quase totalidade da população entrevistada; durante a realização da perícia antropológica na Área Indígena Mangueirinha, Pr, no mês de novembro de 1995, se identificou ora como Kaingang, ora como Guarani. Uma pequena percentagem se denominou mestiça ou branca.** (ver censo elaborado em 1996 pela FUNAI, em anexo).

É importante mencionar que os antropólogos vêm utilizando uma definição bastante precisa do que seja **um grupo étnico** muito distinta da maneira de visualizar a questão, através do senso comum. Assim baseados em Barth (1969) os antropólogos entendem que : *"os elementos específicos de cultura (como os costumes, os rituais e valores comuns) podem sofrer grandes variações no tempo ou em decorrência de ajustes adaptativos a um meio ambiente diversificado. O que importa é a manutenção de uma mesma forma organizacional a qual prescreve um padrão unificado de interação entre os membros e os não membros daquele grupo".* (Oliveira, J.1994, 119).

Os Kaingang habitam o Brasil meridional. Eles fazem parte da grande família linguística **Jê** dentro da classificação dos povos indígenas do Brasil. Vivem em Áreas Indígenas localizadas no sul e no estado de São Paulo,administradas pela Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça.

Há, na sociedade Kaingang, uma oposição entre **nós** e os **outros**, entre consanguíneos e afins. A oposição binária: **nós**/consanguíneos e **outros**/afins é uma característica da maioria dos povos Jê.

A organização social Kaingang se caracteriza pela existência de metades exogâmicas, denominadas Kamé e Kayru. (Baldus, 1937).Há, entre elas, uma relação complementar e assimétrica. A metade Kamé é considerada como a primeira (no ritual do Kiki), porque "eles têm mais força" do que os membros da metade Kayru. Cada Kaingang que nasce passa a pertencer à metade de seu pai e deverá se casar com indivíduo da outra metade. A sociedade Kaingang é, portanto, dualista. As metades exogâmicas e patrilineares estão relacionadas à nominação. Entre os Kaingang a regra é a uxorilocalidade. (Baldus, 1937, Helm, 1977, Veiga, 1994, Crépeau. 1944).

Os nomes Kaingang constituem uma identidade social e cerimonial.

Para Veiga (1994) *"a nominação é um dos aspectos mais importantes para a compreensão da organização social dos Jê"* e, portanto, dos Kaingang.

"...Ao receber um nome o indivíduo passa a formar um nó de uma vasta rêde de relações sociais: com o nome ele passa a ser membro de certas metades e de certo grupo, recebe determinados papéis rituais..." (Mellatti, 1976, 145).

A denominação **Kaingang** aparece na literatura a partir de 1882, em trabalhos de Telêmaco Borba e de Frei Luiz de Cimitile.

O termo Kaingang para este povo tem a conotação de índio que se opõe a "branco". O têrmo Kaingang unifica este povo como auto-denominação e os diferencia de outros povos indígenas como os Guarani, os Xokleng e os Xetá. Entre os Kaingang a identidade se dá através do elo de pertencer a uma metade / seção ou clã. Também pelas marcas que são características de cada grupo no cerimonial.Há marcas riscadas e de pontinhos ou redondas. (Helm,1977).

Apesar das mudanças que têm ocorrido, devido ao contato que mantém com segmentos da sociedade nacional, cada Kaingang tem o seu nome indígena e o nome "branco" sabe qual a sua marca e o seu lugar na metade de seu pai [9].

Três aspectos da cultura Guarani expressam uma identidade étnica que dá especificidade e conforma um "modo de ser" proprio:

a) a fala,que define identidade na comunicação verbal; b) o avô, os ancestrais míticos comuns; c) o comportamento em sociedade fundamentado em arsenal mítico, informa o Guarani como entender o mundo que o cerca, fornecendo pautas para normas e condutas sociais.(Susnik, 1979-80, Almeida, 1995-4).

No entender de Almeira, *"este feixe triplo da identidade Guarani é observável em toda e qualquer de suas comunidades. Pautados por estes fatores, em todas as situações verifica-se uma forma específica Guarani de entender sua realidade e frente a isso agir segundo as circunstâncias, conjunturas e situações em sua história e sua atualidade".* (Almeida, 1991 e 1995)

No Brasil, os Guarani são representados pelos sub grupos Guarani Kaiowa, Guarani - Mbya e Guarani-Nandeva.

O contato dos Guarani com elementos da sociedade nacional tem obstruído uma apropriação ideal do espaço. Estudos recentes têm mostrado

---

[9] Consultar livros de Registro de casamentos, falecimentos do Posto Indígena Cacique Capanema, hoje Área Indígena Mangueirinha.

que as mudanças ocorridas na ocupação espacial Guarani nas condições contemporâneas do contato, não comprometeram suas estruturas sociais e seus sistemas organizativos. Os Guarani têm como base de sua cultura o mítico, o sobrenatural, o religioso. É denominado **teko**.

Os limites territoriais de uma comunidade (tekoha) Guarani são claramente definidos pelas famílias que pertencem a ela, através de referências geográficas, rios, montanhas, matas.

A terra para o Guarani é instituição divina, dada pelo Deus criador para a realização de sua cultura, para que nela se realize o "estado de vida" Guarani. (Almeida, 1995, 14).

Assim, para concluir a resposta a este quesito podemos afirmar, MM.Juiz, **que os Kaingang mantém avivada uma maneira de ser, de pensar como Kaingang, com valores e práticas próprios da cultura de seu grupo, apesar do contato secular que mantém com elementos da sociedade nacional que os cerca. Língua, cultura, valores, rituais, maneiras de produzir, de se organizar são próprios dos Kaingang - os Jê Meridionais. A organização social Kaingang é singular. Sofreu mudanças, ajustes mas há uma singularidade em ser Kaingang que os une e identifica e os distingue de outros grupos indígenas e dos "brancos" que os cercam.**

Os Guarani têm traços, valores, mitos, língua, crenças, maneiras de sobreviver, organização social e política, que são específicos dos grupos Guarani. São distintos dos Kaingang e dos membros da sociedade regional com os quais mantém contato e relações esporádicas de trabalho e para os quais vendem seus artesanatos.

Tanto para os Guarani que chegaram depois, como para os Kaingang que estão na região desde 1819 e possuem seu território com limites definidos e formalizado a partir de 1903[10] ,as terras da Área Mangueirinha lhes pertencem. Estão na posse desse território. As fontes históricas compulsadas comprovam o que a memória indígena relata.

---

[10] *Consultar a Planta do Terreno reservado para os índios de Mangueirinha, Decreto nº 64 de 02 de março de 1903, em anexo a pg.63.*

2.

Entendemos que foi respondido este quesito junto com o nº 1 e, também, na resposta ao quesito nº 1, para o Ministério Público Federal a resposta foi dada de maneira detalhada.

3 e 4.

Área Indígena Mangueirinha: sua caracterização e distribuição das aldeias Kaingang e Guarani.

A Área Indígena Mangueirinha está situada no sudoeste do Estado do Paraná, nos municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho. A distância da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná,até a sede do Posto Indígena é de 400 kms. A Área é constituída por 17.308,0775 ha.

As rodovias federais que ligam Curitiba até à Área Indígena são a BR 277 e a 373. Saindo de Curitiba em direção à Guarapuava e Pato Branco a primeira parte que se percorre é o norte da Área, onde foi construída a ponte sobre o rio Iguaçu (com 720 mts. de comprimento). Na parte alagada pela Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no extremo da área, está a aldeia Iguaçu. A seguir, está edificada a "vila" Palmeirinha. Ambas estão situadas nas margens da Rodovia 373.

Junto a rodovia federal está a parte central da Área que se encontra em litígio. Há uma grande floresta de Araucárias angustifolia que se pode visualizar percorrendo a BR 373. Nesta parte da Área de Mangueirinha estão localizadas as aldeias Mato Branco e Fazenda. A rodovia federal 373 corta, várias vezes a Área e, em alguns trechos, faz divisa.

Para chegar à sede do Posto Indígena, onde está situado o escritório da chefia da FUNAI e, edificadas várias construções, é preciso deixar a BR-373 na altura do quilômetro 393 e entrar na Pr. 281, Rodovia Dr.Arnaldo Busato.

A sede do Posto é chamada aldeia Campina ou a Campina dos Índios ou, ainda, Campina do Cretãn. Entrando pela Campina se percorre o centro desta aldeia, as casas dos Índios, a nova escola e através de uma estrada, se chega à aldeia Paiol Queimado.

Saindo da PR 281 antes de chegar à sede do Posto há outra estrada que leva à aldeia Água Santa. Esta fica próxima à linha que foi criada depois do Acordo de 49.

Atualmente são 7 (sete) aldeias cuja população é constituída de famílias Kaingang e Guarani.

São 70 (setenta) famílias de índios Guarani e 309 (trezentas e nove) de Kaingang. São 1.616 (um mil, seiscentos e desesseis) índios recenceados pela FUNAI, em fevereiro de 1996.

A aldeia **Campina** tem uma grande concentração de índios Kaingang. São 133 (cento e trinta e três) famílias. Além do escritório da sede do Posto da FUNAI, há uma enfermaria, duas igrejas, sendo uma católica e outra de crentes, duas escolas, a sede do Centro de Cultura Indígena, a cadeia, as casas dos funcionários da FUNAI, o cemitério Kaingang, o local de reuniões e festas.

Há energia elétrica instalada na sede e em algumas casas dos índios e poço artesiano nesta aldeia.

Na Campina há um campo de futebol, um potreiro, pomar e uma pequena área de plantação. Os índios que vivem na Campina costumam fazer suas roças em locais mais afastados, na parte central da Área que está em litígio, porque a aldeia está bem povoada. Há pouco espaço para plantações.

Os Kaingang são tradicionalmente agricultores. Tanto os estudos arqueológicos, como os relatos dos cronistas do século passado trazem evidências das práticas agrícolas desses índios.

A cultura Kaingang se baseava na coleta, caça, pesca e agricultura complementar. Hoje a agricultura é a característica básica da economia Kaingang. Ainda complementam a renda familiar vendendo a fôrça de trabalho para os regionais. A coleta sempre foi uma forma de os índios garantirem seu sustento, nos lugares de abundantes recursos naturais. O pinhão é o alimento básico encontrado nas florestas de Araucárias angustifolia existentes no oeste e sudoeste do Paraná. Com o pinhão faziam farinha e uma de suas bebidas fermentadas. Até os dias de hoje a coleta do pinhão é fundamental para a sobrevivência dos Kaingang de Mangueirinha.

Alimentam-se do pinhão e também comercializam este fruto.

O mel das abelhas é consumido ao natural e também foi utilizado para produzir a bebida fermentada do ritual do Kiki: culto aos mortos.(Baldus, 1937).

As frutas silvestres, as larvas de insetos, também chamadas de corós que dão na palmeira, na taquara, no pinheiro, na paineira são usados na dieta dos Kaingang.

A erva-mate é utilizada para a preparação de uma bebida, o mate, que é tomada diáriamente pelos indígenas.

A coleta inclui também as plantas medicinais, estudadas recentemente pela bióloga Nacir Marquesini (1994) que catalogou grande quantidade de plantas usadas na medicina caseira, inclusive na Área Indígena Mangueirinha.

A pesca também reforça a alimentação dos Kaingang. Na Área Mangueirinha hoje ela é mais usada pelos Guarani.

A agricultura Kaingang tradicionalmente está baseada no cultivo do milho, feijão, abóboras. Mais recentemente, passaram a plantar trigo, soja, quando recebem auxilio do Governo.

Na Área Indígena Mangueirinha, nos últimos anos, cada família produz entre 3 a 10 hectares de roça. Algumas famílias produzem 2, 3 ou até 4 alqueires. Os Guarani produzem roças menores do que as dos Kaingang.

Cada família complementa seu sustento com a venda de pinhões, lenha, erva-mate, xaxim, mel. Ainda costumam vender sua fôrça de trabalho aos regionais na entressafra.

Nos períodos mais difíceis vendem palanques e toras de madeiras aos atravessadores da região. Devido às proibições do IBAMA, IAP e FUNAI e ações da Polícia Federal, Polícia Civil, Procuradoria Geral da República, Promotorias Públicas dos Municípios vizinhos da Área, a prática diminuiu. O atravessador entra em contato com as lideranças indígenas e fazem acôrdo verbal.

Devido a instalação de Serraria dentro da Área Indígena, no Governo Militar, quando o DGPI contratou inclusive índios, para trabalharem nos projetos da FUNAI, para obtenção da renda indígena, os índios aprenderam com os "brancos" a "depredar" a mata e a extrair e vender toras de Araucárias. O dinheiro arrecadado não revertia a favor da comunidade indígena.

Nos últimos anos, a política da FUNAI mudou, mas a exploração de madeira pelo "branco" tem persistido. Sómente com uma ação conjunta dos Governos Municipais, Estadual e Federal tal prática deverá terminar.

Os Kaingang e os Guarani sempre utilizaram seu território para atividades de sobrevivência e práticas sociais.

Suas festas estão relacionadas às colheitas do milho, às bebidas feitas de produtos da natureza. Realizavam o culto aos mortos, como foi referido.

Seus usos e costumes são a prática da pesca, coleta e caça. A agricultura rotativa era uma característica desses grupos. Faziam roças tipo coivara, sem destocar. Com a retirada de uma parte da mata ocorreram projetos de lavoura mecanizada. Quando recebem apoio e incentivo da FUNAI e do Governo do Estado, fazem lavouras mais extensas.

O contato com os regionais tem alterado os padrões de subsistência desses índios. O manejo de plantas alimentícias também tem sofrido mudanças.

Na aldeia **Paiol Queimado** há uma população de 38 famílias de índios Kaingang.

Esta aldeia possui uma escola e uma Igreja católica. Sua população faz roças nesta localidade e também possui sítios em lugares mais afastados e próprios para plantações.

Tanto na Campina, como no Paiol Queimado, há famílias de Kaingang que já viveram na parte em litígio e que foram expulsas do centro da Área, depois de 1950.

A aldeia **Água Santa** é a menor de todas. Possui 11(onze) famílias de índios Kaingang.

Nesta aldeia vivem os descendentes dos Capanema que habitavam a Palmeirinha, no período em que o velho cacique era o chefe.

Também descendentes de Luiz Barbosa Santos estão hoje vivendo nesta aldeia, porque na Campina há, como foi registrado, uma concentração grande de população.

A preferência das famílias e índios mais jovens é construírem suas casas e fazerem roças em locais em que há espaços para serem ocupados.

A aldeia **Fazenda,** também denominada **Passo Liso,** está localizada dentro da Área em litígio. São 98 (noventa e oito) famílias de índios Kaingang. Nesta aldeia há uma escola e as casas dos índios. Também fazem suas roças e têm seus sítios dentro dessa aldeia. Há três igrejas de crentes estabelecidas dentro da aldeia.

A aldeia **Mato Branco** tem uma concentração de 23 famílias estabelecidas na área em litígio. Nesta aldeia predominam os Luiz dos Santos descendentes de Luiz Barbosa Santos, Augusto Luiz e João Santos. Nossos

informantes, nesta aldeia, foram a velha índia Maria Doralice de Jesus, Antonio Luiz Carneiro, e Antoninho Luiz, filho de José Luiz.

Cada família tem a sua casa e roça no local. Além de roças, há pomares, hortaliças e criação de animais. Há uma Igreja de crentes construída junto à BR-373.

Antoninho Luiz, neto de Augusto Luiz, obteve da COPEL a instalação de energia elétrica em sua casa. Possui documentos xerocados sobre a Área Indígena Mangueirinha que eram de seu pai, que os recebera de seu avô.(Augusto Luiz dos Santos).

Na sua maneira de conceber o território a parte do centro, onde está a aldeia Mato Branco também é dos índios, porque sempre ocuparam essa terra.

A aldeia **Palmeirinha** fica junto ao rio Palmeirinha e foi construída às margens da BR 373 pela ELETROSUL/FUNAI. A concentração maior de índios é da etnia Guarani.

Tanto os Guarani, como os Kaingang, que vivem nesta aldeia fazem pequenas roças de subsistência e, como os demais indígenas, complementam a renda familiar com a venda da força de trabalho na região. Ganham entre R$5,00 a R$10,00 por dia.

Os Guarani tem uma significativa produção de artesanatos. Construíram cerca de 14 barraquinhas de venda à beira da BR 373.

Na aldeia Palmeirinha estão instaladas 70 (setenta) famílias Guarani e Kaingang. Há uma escola, uma enfermaria precária, a casa de reza dos Guarani e uma Igreja de crentes instalada próxima à escola. Há energia elétrica instalada nas construções da sede da aldeia. Está sendo construída pelo Governo do Estado do Paraná a sede do Centro de Cultura Indígena Guarani.

Também a mata de araucárias foi derrubada em parte e os Guarani fazem suas roças "no tôco", como dizem. A produção da família Guarani é um pouco menor, do que a da família Kaingang.

A aldeia **Iguaçu** fica perto do rio Iguaçu. Durante a construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, os Guarani foram transferidos para a Palmeirinha. Aqueles Guarani que não se acostumaram a viver na "vila" da Palmeirinha, retornaram depois de 1980 para as margens do rio Iguaçu. Nesta aldeia há 22 (vinte e duas) famílias de índios Guarani e Kaingang.

Durante as entrevistas não houve queixas sobre a presença dos Kaingang nas aldeias, Iguaçu e Palmeirinha, que são habitadas principalmente

pelos índios Guarani. Há uma convivência cordial entre eles, cada um respeitando a maneira de ser do outro.

A parte sub judice,o centro da Área, tem uma notável floresta nativa de Araucárias angustifolia,que está preservada,apesar da depredação ocasionada pela ação de atravessadores "brancos" e da política do DGPI no passado.

Nas propriedades que fazem confrontação com a Área Indígena as Araucárias já foram destruídas. Os "brancos"não preservam as matas que foram transformadas em áreas de lavoura. Na área indígena houve a preocupação de ser mantida a floresta. Para a maioria dos índios a mata é necessária para a sua sobrevivência. O pinhão, os frutos, raízes, as plantas medicinais, o mel, a lenha encontram na mata. Rarearam os animais, porém há espécies que ainda aparecem e servem de alimento para eles.

Os índios necessitam do fruto das Araucárias -o pinhão-, como alimento básico nos meses de inverno. Também necessitam fazer comércio com uma parte do que colhem, parta obterem dinheiro para a compra de outros produtos.

Os indígenas de acôrdo com seus usos e costumes utilizam, tanto as áreas de campinas, como as de matas para seu sustento e de suas famílias.

O território tem valor de uso para práticas agrícolas, de apanha, caça e pesca e tem valor sagrado, com relação aos lugares onde estão enterrados seus mortos. Há também o espaço social, ou seja, os locais onde estão suas casas e estabelecem laços de parentesco, compadrio, de ajuda mútua em atividades nos roçados ou em momentos de dificuldades no atendimento aos doentes, viúvas, pessoas mais velhas da comunidade.

Cada Kaingang e Guarani conhece os lugares do território, identifica os marcos, os confrontantes, sabe contar estórias sobre como seus antepassados viviam, narram mitos sobre a sua origem. Dão nomes para os astros sol e a lua. Para a água e o fogo também há têrmos em suas línguas.

Cada Kaingang é capaz de narrar a que grupo de pintura corporal pertence, conhece os membros de sua metade, uma vez que o sistema de parentesco é dual, diz a que clã pertencia seu avô paterno, evoca a patrilinealidade, quando informa seu nome indígena.

Terra, território, mata, marcos da área, rios estão presentes na sua fala, nas suas representações e seu vocabulário.

Os seus ascendentes e descendentes estão em sua memória.

É possível afirmar que os Kaingang e os Guarani ocupam toda a Área Indígena Mangueirinha, seja com as construções de suas

casas, pomares, hortas, pequena criação de aves e animais, seja com a produção de suas roças que são a atividade principal de sustentação da população.

Necessitam da mata para retirada de produtos dos quais também dependem para sobrevivência.

Nas suas representações terra, território, mata são indissociáveis de suas culturas.

Quesitos formulados por, F.Slaviero & Filhos S.A. - Indústria e Comércio de Madeiras e Outros:

PRIMEIRO QUESITO- São verdadeiras as conclusões da antropóloga Drª. Maria Lígia Moura Pires, em tese apresentada, em 1975, na Universidade de Brasilia, de que os Kaingangs e Guaranis são hostis entre si, e tradicionalmente inimigos, tendo dificuldade de coabitar um mesmo território.

SEGUNDO QUESITO - É verdadeira a constatação feita pela Profª. Drª. Maria Cecília Vieira Helm, de que nas reservas por ela estudadas, para elaboração de tese divulgada em 1974, os Kaingangs e Guaranis espontaneamente habitam diferentes glebas de um território, em decorrência da natural hostilidade entre as duas comunidades.

Respostas aos quesitos formulados por F. Slaviero & Filhos S.A. Ind. e Com. de Madeiras e Outros.

1.e 2.

Foi feita uma leitura equivocada dos trabalhos das Professoras e antropólogas Maria Lígia Moura Pires e Cecília Maria Vieira Helm.

As questões são impertinentes. O Processo Judicial não é o espaço para debate acadêmico sobre teses que foram apresentadas e defendidas nas suas respectivas Universidades.

Acervo ISA

Bibliografia

ALMEIDA, Rubem T. de, **Laudo Antropológico sobre a Comunidade Guarani - Ñandeva do Ocoí / Jacutinga** - Pr. ABA / ITAIPÚ - BINACIONAL, 1995. Rio de Janeiro.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas em **Ensaios de Etnologia Brasileira**. Companhia Editora Nacional, São Paulo 1937

BANDEIRA, J.J.Pinto. Notícia da descoberta dos campos de Palmas, na Comarca de Curitiba, Provincia de São Paulo, de sua povoação e de alguns sucessos que ali tem tido lugar até o presente 1851 - **Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes**, tomo 1 fasc. 4º - 1851

BARTH, Fredrik, **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras.** Fondo de Cultura Económica. México, 1976

BORBA, Telemaco, **Actualidade Indígena.** Curitiba, Tipografia e Lith.a vapor Impressora Paranaense 19o8.

BOUTIN, Leônidas, Colônias Militares na Provincia do Paraná. **Boletim Instituto Histórico , Geografico, Etnografico Paranaense.** Curitiba, l977, v. 33.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, Práticas Interétnicas y Moralidad. Por um Indigenismo (Auto) Crítico. UNICAMP. Campinas, 1992.

_____O Índio e o Mundo dos Brancos. Difusão Européia de livros, S.P. 1964

_____A Crise do Indigenismo. Ed. da UNICAMP.Campinas, 1988.

CHAGAS LIMA, Pe. Francisco das, Memória sobre o descobrimento e Colônia de Guarapuava, em **Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro,** vol.4, 1842

Acervo ISA

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988 Brasilia.

CREPEAU, Robert. Mythe et Rituel chez les Indiens Kaingang du Brésil Meridional. em, Religiologiques n° 10, 1994, 143 - 157, Montréal.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Zahar Ed. 1973.

HELM, Cecília M.V., A Integração do índio na estrutura agrária do Paraná; o caso Kaingang, Tese Livre Docente, UFPr. Curitiba, 1974.

_____A terra, a usina e os índios do P.I. Mangueirinha; em **O Índio Perante o Direito.** Sílvio C. dos Santos (org) Editora da UFSC. 1982.

_____Os Xetá: a trajetória de um grupo Tupi-Guarani em extinção do Paraná. **Anuário Antropológico / 1992.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1994.

_____Grandes projetos hidrelétricos e os povos indígenas, Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil. Trabalho apresentado no 48° Congresso Internacional de Americanistas, Estocolmo, Suécia, julho, 1994. No prelo no IAP,SEMA, Curitiba.

_____,Silva O. e Luz, L. (orgs) A Perícia Antropológica em Processos Judiciais. Editora da UFSC. Florianópolis, 1994.

_____Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. Comunicação apresentada na XIXª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambú, M.G., 1995.

_____**Área Indígena Mangueirinha, Pr.** Texto elaborado por solicitação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, fev. 1996. Curitiba.

LÉVI - STRAUSS, Claude. La Pensé Sauvage.Plon, Paris, 1962

LADEIRA, Maria Inês. O Caminhar Sob a Luz: o Território Mbya à Beira do Oceano. Dissertação de Mestrado. PUC, S.P. 1992.

LIVROS DE REGISTROS DE NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS do Posto Indígena Mangueirinha, Pr.

LOUREIRO FERNANDES, José. Os Caingangues de Palmas, em **Arquivos do Museu Paranaense,** vol. 1, Curitiba, 1941

LOMBARDI, José e NAKAMURA, Miguel. Organização Social da Produção dos Índios Guarani e Kaingang de Mangueirinha. Limeira, 1981.

MACEDO, F.R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava.** Gerpa 1951

MALDI, Denise (org) **Direito Indígena e Antropologia : Laudos periciais em Mato Grosso.**

MELIA, Bartolomé, El modo de ser Guarani em la primeira documentacion jesuítica. (1594-639) em **Revista de Antropologia** v. 24, nº 8, Asunción, 1974.

_____,Grunberg y Grunberg, Los Pai-Tavyterã, **etnografia del Paraguay contemporâneo.** CEAUC, Asunción, 1976

MARQUESINI, Nacir Rodrigues. Plantas usadas pelos Índios do Paraná e Santa Catarina, Sul do Brasil. UFPr, 1945 Curitiba.

MARTINS, Romário. **Quantos Somos e Quem Somos: dados para a História e Estatística do povoamento do Paraná.** Gráfica Paranaense, Curitiba, 1941

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** Coord.Editôra Brasilia Ltda. 1970

Acervo ISA

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI - XVII, em **História dos Índios no Brasil,** Manuela Carneiro da Cunha (org) p.475, FAPESP/SMC, Companhia da Letras, São Paulo, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang.** Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

NOELLI, Francisco Silva, Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da Agricultura. Reunião da ABA, 1994.

OLIVEIRA Fº, João Pacheco. Os Instrumentos de Bordo: Expectativas e Possibilidades do Trabalho do Antropólogo em Laudos Periciais, em **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais.** Silva, O et all (orgs) Florianópolis. Editora da UFSC. 1994

PIRES, Maria Lígia, Guarani e Kaingang no Paraná, um Estudo de Relações Intertribais. Dissertação de Mestrado, Brasília, 1975.

RELATÓRIO DA INSPETORIA DO SPI DO PARANÁ por José Maria de Paula, 1913.

RELATÓRIO da Inspeção nos Toldos dos Estados do Paraná e Santa Catarina pelo Delegado do SPI no Paraná, Sertório da Rosa, 1937.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação.** Ed. 70 Lisboa, 1976.

RIBEIRO, Eurico Branco, **Esboço da História do Oeste do Paraná.** 1940

SANTOS, Sílvio Coelho dos, **Índios e Brancos no Sul do Brasil.** Editora Movimento, Porto Alegre, 1987.

SCHADEN, Egon, A origem dos brancos, o diluvio e outras histórias Kaingang. **Revista Paulistana,** São Paulo, n. 34, 1947.

VEIGA, Juracilda, Organização Social e Cosmovisão Kaingang, UNICAMP. Campinas, 1994.

Índice.

Introdução....2
Quesitos formulados pelo Ministério Público Federal.... 4
Respostas aos quesitos formulados pelo Ministério Público Federal..... 5
1. História Kaingang....5
História Guarani....7
Aldeamentos....9
Memórias Kaingang e Guarani....11
O Serviço de Proteção aos Índios....13

2. Provas documentais....16

3. Genealogias....20

4. Antigos caminhos e locais de moradia....24
Cemitérios indígenas....24

Quesitos formulados pela Fundação Nacional do Índio....26
Respostas aos quesitos formulados pela Fundação Nacional do Índio....27
1 e 2 Posse Indígena
Identidades Kaingang e Guarani....30

3.e 4.Área Indígena Mangueirinha: sua caracterização e distribuição
das Aldeias Kaingang e Guarani....23

Quesitos formulados por F.Slaviero & Filhos S.A. Indústria e Comércio
de Madeiras e Outros....39
Respostas aos quesitos formulados por F.Slaviero & Filhos S.A.
Indústria e Comércio de Madeiras e Outros.
1.e2....39

Bibliografia....40

Anexos....45

A N E X O S

1. Fotos da Área Indígena Mangueirinha.....pg. 46 - 59
2. Fotos antigas (1937) de índios Kaingang e Guarani da aldeia Campina e Palmeirinha, SPI, Curitiba.....pg. 60 - 61
3. Foto de índios Kaingang, Retrata a pintura usada nos rituais. Toldo das Lontras, Palmas. Arquivo Prof. Dr. José Loureiro Fernandes. UFPr.....pg 62
4. Cópia do Decreto nº 64 de 02 de março de 1903.....pg. 63
5. Planta do Terreno reservado para os índios de Mangueirinha Decreto nº 64 de 02 de março de 1903.....pg. 64
6. Censo da população da Área Indígena Mangueirinha realizado pela ARGU / 1996.....pg. 65 - 76
7. Cópia da página 4 do Livro de Registro de Falecimentos do Posto Indígena de Mangueirinha.....pg. 77
8. Cópia da pagina 13 do Livro de Registro de Falecimentos do Posto Indígena de Mangueirinha.....pg. 78
9. Cópia da pagina 14 do Livro de Registro de Falecimentos do Posto Indígena de Mangueirinha.....pg. 79
10. Entrevistas com lideranças e índios mais velhos da Área Indígena Mangueirinha.....pg. 01 - 70
11. Uma fita de vídeo gravada com entrevistas .....
12. Mapas.....
13. Cópia do Relatório da inspeção procedida nos toldos dos Estados do Paraná e Santa Catarina pelo Delegado do S.P.I. no Estado do Paraná Sertório da Rosa. Em 11.06.1937.....